



## **EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: UMA PROPOSTA DE CONSCIENTIZAÇÃO JURÍDICA NAS ESCOLAS PÚBLICAS**

### **Autor(res)**

Jéssica Garcia Da Silva Maciel  
Thays Teixeira De Freitas

### **Categoria do Trabalho**

Trabalho Acadêmico

### **Instituição**

FACULDADE ANHANGUERA DE CAXIAS DO SUL

### **Introdução**

A educação em direitos humanos é uma ferramenta fundamental para o fortalecimento da cidadania e da democracia. Em uma sociedade marcada por desigualdades sociais e desinformação jurídica, é essencial que as escolas públicas desempenhem um papel ativo na formação crítica dos estudantes. Este trabalho discute a importância da inserção de conteúdos jurídicos básicos no currículo do ensino médio, como forma de promover a conscientização sobre direitos fundamentais, deveres civis e mecanismos de acesso à justiça.

Ao proporcionar aos jovens o conhecimento acerca da Constituição Federal, dos direitos humanos e da legislação básica que rege a vida em sociedade, a escola contribui para a construção de cidadãos mais conscientes, críticos e participativos. Essa iniciativa fortalece o senso de responsabilidade individual e coletiva, ao mesmo tempo em que combate a exclusão social e a vulnerabilidade jurídica que afetam milhões de brasileiros.

### **Objetivo**

Analisar a relevância da educação em direitos humanos no ambiente escolar, propondo estratégias pedagógicas para a conscientização jurídica de estudantes do ensino médio da rede pública.

### **Material e Métodos**

O presente estudo baseia-se em uma pesquisa bibliográfica e documental, utilizando autores clássicos e contemporâneos da área dos direitos humanos, além de documentos oficiais como a Constituição Federal de 1988, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e diretrizes da ONU sobre educação em direitos humanos. A análise também considerou dados estatísticos sobre o conhecimento jurídico da população jovem no Brasil, com base em relatórios de organizações educacionais e institutos de pesquisa.

### **Resultados e Discussão**

A análise revelou uma lacuna significativa na formação jurídica básica dos estudantes do ensino médio. A maioria desconhece direitos fundamentais previstos na Constituição, como o direito à igualdade, à liberdade de expressão e ao devido processo legal. A ausência de um componente curricular voltado à cidadania jurídica limita a capacidade dos jovens de exercerem seus direitos de forma plena. Estudos mostram que iniciativas escolares que incluem debates sobre temas como racismo, violência de gênero, direitos do consumidor e ética pública



contribuem para o fortalecimento da consciência social e do pensamento crítico.

A proposta defendida neste trabalho é a criação de um módulo interdisciplinar de educação jurídica nas escolas públicas, com conteúdos adaptados à realidade dos estudantes e ministrados por professores capacitados, preferencialmente em parceria com profissionais do Direito ou ONGs especializadas em direitos humanos.

### **Conclusão**

A educação em direitos humanos no ensino médio é essencial para a formação de cidadãos conscientes, críticos e participativos. Ao integrar noções jurídicas ao cotidiano escolar, é possível combater a desinformação, promover a inclusão social e fortalecer a cultura democrática. A proposta apresentada neste trabalho visa contribuir para uma escola mais cidadã e uma juventude mais preparada para o exercício pleno de seus direitos e deveres.

### **Referências**

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado, 2023.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Ministério da Educação, 2018.
- FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.
- PIOVESAN, F. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. São Paulo: Saraiva, 2022.